

Saúde ou doença?

Gorki de Miranda Kern *

Diz a sabedoria popular que quem dá o pão, dá o ensino. É precisamente por isso que a questão do financiamento tem dominado todos os encontros regionais preparatórios para a 9ª Conferência Nacional de Saúde. Na verdade, em que pesem bastante as diversas concepções sobre o modelo de atenção à saúde, será o modelo do financiamento que dará a diretriz principal para a forma final do Sistema Único de Saúde (SUS).

A forma atual de custeio das ações de saúde sem dúvida representa um enorme avanço em relação à maneira como vinha se dando o repasse de verbas para as diversas instituições de saúde. Não conheço ninguém que tenha saudade dos tempos em que o governo federal discricionariamente podia inflar ou esvaziar os orçamentos das Unidades, ao sabor de sabe-se lá quais critérios. Nenhum dirigente, mesmo os que eram bem aquinhoados, pôde dizer em sua consciência que eram bons aqueles tempos do beija-mão ministerial ou das vias-sacras nos gabinetes do Planalto, em busca de algumas verbas para a saúde.

Com a implantação do SUS, que vem acontecendo de forma bastante incisiva, cada Unidade de Atendimento recebe verbas de acordo com o número de pacientes atendidos e de procedimentos médicos realizados.

Como se não bastassem outras, só as vantagens auferidas com a vinculação entre a produção de uma instituição e as verbas que recebe, como, por exemplo,

responsabilizar o profissional com os destinos da instituição, já bastariam para justificar e aplaudir a forma atual de financiamento do SUS.

É lógico, existem questionamentos sérios sobre a maneira como este "pagamento" por produção tem sido aplicada. Até hoje não foi normatizado o artigo 35 da Lei Orgânica da Saúde, que é justamente o que trata dos critérios para o repasse de verbas para os estados e municípios.

Muito ainda falta para o processo de municipalização. O que está acontecendo é que diversas regras estão sendo mudadas durante o jogo e os participantes deste jogo estão querendo participar mais dessas decisões.

Gostaria de suscitar maior atenção para alguns detalhes da forma como se têm liberado verbas da Seguridade Social, as quais estão vinculadas à produção. Por exemplo, como medir a produção sem que antes se defina o que é esse produto, nos termos de instituições de saúde?

A lógica deste pagamento carece enormemente desta lacuna: qual o produto do trabalho de um epidemiologista? Como pagar seu trabalho por produção? Como medir sua produção? O SUS, ao vincular seu financiamento ao atendimento "per capita", acabou por se vincular à doença e não à saúde.

Quando a Organização Mundial de Saúde definiu que a saúde não é apenas a ausência de doenças, mas o "bem-estar físico, psíquico e social", claramente des-

vinculou o conceito da saúde do fenômeno da doença. Esta opção, no entanto, não fica clara no SUS, que não contempla adequadamente as ações de promoção da saúde, mas apenas as de combate à doença.

O artigo 35 da Lei Orgânica da Saúde é bastante claro a esse respeito: as verbas deverão ser repassadas às diferentes instâncias do Sistema Único de Saúde, uma vez satisfeita uma série de fatores técnicos, populacionais e epidemiológicos. Por que não colocá-lo em prática?

Do ponto de vista técnico, a lei não vai à prática por falta de regulamentação. Seria preciso que, a partir dos fatores, fossem estabelecidos critérios objetivos para a aplicação. É, portanto, urgente um consenso em todo o País sobre o assunto.

Do ponto de vista político, porém, a explicação é bem outra. O repasse de verbas é, sem dúvida, o repasse do poder. É aqui que se faz necessária uma atuação mais firme do Legislativo, estabelecendo-se mais claramente que o cumprimento das leis não pode ser conjuntural, mas um princípio sólido da afirmação democrática da Nação.

Em resumo, a forma atual representou um avanço, mas já começa a se fazer cada vez. Ou se põe em prática o disposto e aprovado (inclusive sancionado pelo Executivo federal) ou corremos o risco de ver sair o tiro pela culatra, estimular a medicalização das ações de saúde e implantar o Sistema Único de Doenças.

** Psiquiatra, presidente do laserj*